

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Após o 'tombo' do ano passado, Agro ressurge forte

Centro-Oeste deve ‘puxar’ crescimento do PIB em 2025

Na contramão do resto do país, o Centro-Oeste deverá ser a única região a exibir trajetória de aceleração da atividade este ano. Neste caso, o ‘carro-chefe’ da região seria representado pelo agro-negócio, uma vez que a previsão da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) é de uma safra de grãos 2024/2025 recorde, com volume estimado em 322,25 mi-

lhões, o que corresponde a uma alta de 8,1%, ante à edição anterior.

Vencido o período crítico de desaceleração, por fatores climáticos, a região deve voltar a liderar o ranking regional, pelo avanço do PIB (Produto Interno Bruto) este ano, seguida da região Norte, com evolução de 2,7%. Nordeste (2% de avanço), Sul (1,8%) e Sudeste (1,6%) completam o ranking.

Private

Esse momento positivo do Centro-Oeste é atestado por dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), devido ao crescimento acelerado do segmento ‘private’. Na região, o volume financeiro cresceu 20,9% em três anos.

Arrancada

A arrancada do private supera a média nacional (9,3%), no último triênio. Segundo levantamento da sócia da Tendência Consultoria, Camila Saito, após o ‘tombo’ de 6,1% do agro em 2024, o setor deve subir praticamente no mesmo percentual, neste ano.



Azul: operações suspensas sofrerão uma ‘reavaliação’

Azul anuncia suspensão de voos em 14 cidades

Sob o argumento de uma ‘reavaliação constante de suas operações e necessidades de mercado’, a Azul Linha Aéreas anunciou a suspensão de suas operações em 14 cidades.

Desse total, quatro operações com destinos para cidades do Ceará foram suspensas no dia 13 deste mês, e as demais, no decorrer do próximo mês de março e inclui

destinos de todas as regiões do País.

Além dessas suspensões, a Azul ajustará a operação nas cidades de Cabo Frio (RJ) e Caldas Novas (GO).

Neste caso, tais operações não serão suspensas de forma definitiva, porém, seus voos serão sazonais, atuando apenas nos meses de alta temporada, a partir do dia 31 de março.

Custos

Segundo a Azul, as mudanças “decorrem de fatores, como aumento de custos operacionais pela crise global na cadeia de suprimentos; alta do dólar e disponibilidade de frota”. Os clientes impactados serão comunicados com antecedência’ e terão assistência’.

Etanol

Os preços médios do etanol hidratado subiram em 10 Estados e no Distrito Federal, caíram em 12 e ficaram estáveis em 4 Estados nesta semana. Os dados são da ANP. Nos postos pesquisados pela autarquia, o preço médio caiu 0,23%, ante à semana anterior (R\$ 4,38 o litro).

Estável

Em São Paulo, principal produtor, consumidor e com mais postos avaliados, a cotação média ficou estável no período, em R\$ 4,19 o litro. A maior alta porcentual na semana, de 1,01%, foi registrada em AL, R\$ 4,98 o litro. A maior queda foi no RN (-3,98%), para R\$ 5,07.

Para cumprir regra, Planalto terá de bloquear R\$ 18,6 bi

Instituição Fiscal Independente (IFI), prevê déficit de R\$ 71 bi em 2025

Por Marcello Sigwalt

Se quiser cumprir as regras fiscais (o que inclui a meta de déficit zero), o mandatário petista terá de bloquear, ao menos, R\$ 18,6 bilhões do Orçamento de 2025, aponta relatório, divulgado, nessa quinta-feira (20) pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado Federal.

De acordo com cálculos da IFI, o déficit fiscal deste ano deverá chegar a R\$ 71 bilhões, dos quais, R\$ 44,1 bilhões se destinarão ao pagamento de precatórios, excluídos da meta fiscal. Se desconsiderados tais gastos, o saldo negativo seria de R\$ 26,9 bilhões, conforme o limite de R\$ 30,9 bilhões estabelecido pelo governo.

Além do bloqueio dos R\$ 18,6 bilhões citados, caso queira, de fato, equilibrar as contas, o órgão do Legislativo federal prevê a necessidade de um empobramento de outros R\$ 15,7 bilhões, referentes à uma situação em que despesas autorizadas não são executadas.

No campo macroeconômi-



IFI prevê necessidade de bloqueio de outros R\$ 15,7 bilhões para cumprimento da meta

co, o relatório da IFI acentua que o risco de a inflação superar, novamente, o teto da meta este ano continua muito grande. Isso porque, em que pese a valorização do real (R\$ 5,71 por dólar) ter reduzido em 0,2 ponto percentual o IPCA (índice inflacionário oficial), os núcleos de inflação seguem ‘pressionados’.

No contexto da aprovação, em março próximo, do Orçamento Geral da União (OCU) – após intensas negociações entre Executivo e Congresso – a IFI admite ser alta a probabilidade de frustração de receitas, subestimação de despesas e incertezas sobre a eficácia das medidas de corte de gastos aprovadas.

Quanto a programas assistencialistas, como o ‘Pé-de-Meia’ - direcionado à permanência e estudantes no Ensino Médio - este terá um orçamento de R\$ 12,5 bilhões em 2025, mas fora do Orçamento federal, sendo financiado pelo Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar (FIPEM).

Pix por aproximação será obrigatório

Já disponibilizada por alguns bancos, a partir da próxima sexta-feira (28), a oferta da opção de Pix por aproximação se torna obrigatória para os bancos e instituições financeiras que participam do Open Finance.

A partir da adoção dessa funcionalidade, será possível incluir o Pix em carteiras digitais nos celulares, assim como efetuar pagamentos, somente ‘encostando’ o aparelho nas maquininhas, sem que haja

necessidade de acessar o aplicativo do banco.

A orientação do Banco Central (BC) é de que bancos e instituições financeiras passem a acatar transações NFC iniciadas por meio das iniciadoras de pagamento. Desta forma, a partir do dia 28, será possível fazer um Pix por aproximação via Google Pay (ou GPay) com praticamente qualquer banco em praticamente qualquer manquininha.

Em nota, o BC esclarece que “em interações com o BC, esses provedores informaram que estão providenciando as adaptações necessárias para que em 28/2 pelo menos parte de seu parque de equipamentos já esteja habilitado”.

Desenhada pela própria autarquia após uma pesquisa com usuários que identificou que cerca de 30% das pessoas que eram pouco ou não adeptas ao Pix atribuíam isso à ne-

cessidade de acessar o app e digitar um código ou ler um QRCode – a funcionalidade do Pix por aproximação atendeu à predileção do público por essa alternativa.

No momento, a Apple Pay e Samsung Pay ainda negociam com a autoridade monetária do Brasil a entrada na modalidade. Por não haverem se declarado oficialmente como “iniciadoras de pagamento” – elas não obrigadas a ofertar o serviço.

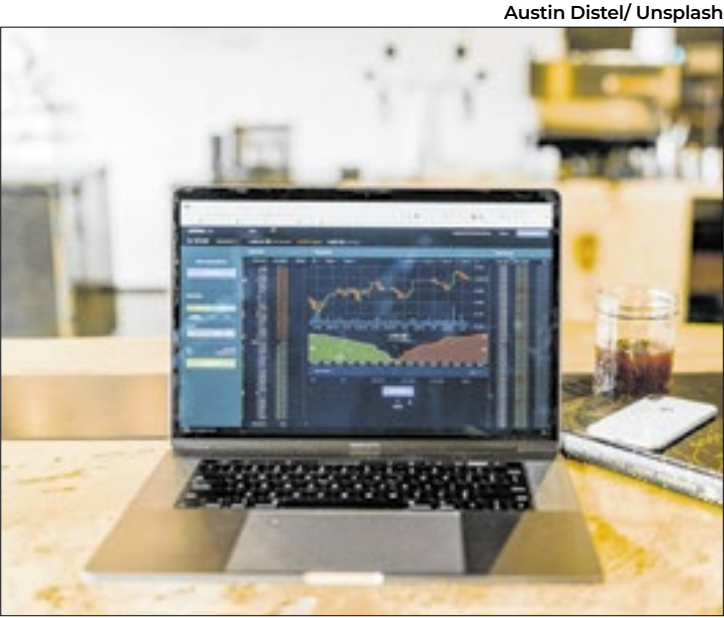
Denúncia de crimes será recompensada

O Projeto de Lei 2581/23, do Senado, prevê o pagamento de recompensa a quem voluntariamente fornecer informações sobre crimes ou atos ilícitos praticados no mercado de valores mobiliários ou em empresas com ações negociadas em bolsa de valores. A Câmara dos Deputados analisa a proposta, já aprovada pelo Senado.

Pelo texto, informantes que apresentarem informações ou provas que ajudem na apuração de fraudes contábeis e outros crimes do mercado financeiro terão direito a recompensa de até 10% do valor das multas aplicadas, dos recursos recuperados ou do produto do crime.

O texto, no entanto, estabelece que não terão direito à recompensa:

- agentes públicos que tenham tido acesso às informações em virtude de atividade de fiscalização;
- funcionários com atribui-



Inciativa do Legislativo visa elevar controle sobre fraudes

ções de governança nas empresas envolvidas na fraude;

■ advogados dessas empresas; e

■ sócios com mais de 20% de participação ou membros do corpo diretivo ou gerencial da companhia que tiverem obtido as informações por meio de re-

latórios internos.

Para garantir a eficácia do sistema de informantes, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá criar canais que facilitem a comunicação de denúncias.

O projeto assegura aos informantes o direito ao anôni-

mato e determina que eles não poderão ser responsabilizados por qualquer informação que fornecerem, mesmo se, posteriormente, forem consideradas inválidas.

Essa regra não se aplica se ficar demonstrado que o denunciante, previamente, já sabia que se tratava de informação falsa.

A proposta também proíbe qualquer forma de retaliação, como demissão, rebaixamento, suspensão, ameaça, assédio ou outra forma de discriminação a dirigente, empregado ou prestador de serviço que fornecer informações ou provas à CVM.

“É muito difícil descobrir fraudes internas, fraudes contábeis, em que as companhias com ações na bolsa atraem acionistas, mas sua situação real é desconhecida. Foi o caso da fraude nas lojas Americanas”, argumenta o autor, senador Sergio Moro (União-PR).

IBGE coordena reunião técnica do BRICS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coordenou nesta segunda e terça-feira, 17 e 18 de fevereiro, a décima-sétima reunião dos Institutos Nacionais de Estatística (INEs) dos países do BRICS. Parte da presidência pro-tempore do Brasil no BRICS, tendo o IBGE na coordenação dos trabalhos a ser realizado pelos INEs do Bloco, a reunião, realizada de modo virtual, teve como obje-

tivo preparar a edição de 2025 da Publicação Estatística Conjunta (JSP, na sigla em inglês), para a décima sétima Cúpula de Chefes de Estado dos BRICS, a ser realizada no Brasil, nos dias 6 e 7 de julho de 2025.

Esta primeira reunião tratou de aspectos técnicos da Publicação Estatística Conjunta. Criada em 2010, e com 14 edições até o momento, a JSP possui 14 capítulos temáticos, contemplando todos os países.

A JSP também apresenta um conjunto de apêndices fornecendo uma visão geral dos sistemas estatísticos dos BRICS, bem como um conjunto de anexos sobre o estado atual da estrutura de monitoramento para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O IBGE também coordena a produção da JSP Snapshot, versão resumida, sem anexos, das principais tabelas dos quinze capítulos: Infor-

mações Gerais, Comparação de Indicadores Econômicos e Sociais dos Países BRICS; População; População Economicamente Ativa; Contas Nacionais; Índices de Preços; Padrão de Vida das Pessoas; Recursos e Meio Ambiente; Indústria; Energia; Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca; Transporte; Sociedade da Informação; Finanças; Relações Econômicas Externas; Turismo.